

Perdido na tradução: gênero, sexualidades, lugar e o projeto antropológico

THIAGO DE LIMA OLIVEIRA 

SESI São Paulo | São Paulo, SP, Brasil

oxe.thiago.oxe@gmail.com

DOI 10.11606/ISSN.2316-9133.v33i2PE231904

resumo Tendo como princípio a produção de Marcia Ochoa e a própria etnografia do autor, este ensaio pretende pensar a performatividade e relacionalidade do lugar na produção antropológica brasileira, especialmente aquela voltada ao estudo do gênero e da sexualidade. Atentando para o destaque recente sobre os estudos desenvolvidos em contextos não metropolitanos, o texto visa compreender como a discussão sobre lugar é influenciada pelos efeitos de projetos voltados à expansão do ensino superior e as disputas no campo dos direitos sexuais.

palavras-chave: lugar; epistemologia; estudos queer, teoria antropológica.

Lost in translation: gender, sexualities, place and the anthropological project

abstract Based on the work of Marcia Ochoa and the author's own ethnography, this essay aims to think about the performativity and relationality of place in Brazilian anthropological production, especially that focused on the study of gender and sexuality. Paying attention to the recent prominence of studies developed in non-metropolitan contexts, the text aims to understand how the discussion of place is influenced by the effects of projects aimed at expanding higher education and disputes in the field of sexual rights.

keywords: place; epistemology; queer studies, anthropological theory.

Introdução

Em 1995, o historiador e estudioso da tradução Lawrence Venuti publicou um de seus livros mais conhecidos, *The translator's invisibility* (Venuti, 1995). O livro, organizado em sete capítulos, interroga o papel da tradução na construção do conhecimento, da experiência estética e da própria ideia de nação a partir de uma figura em suspensão: a invisibilidade. Os efeitos e privilégios implicados na invisibilidade têm sido cada vez mais discutidos na Antropologia, o que faz com que uma conversa imaginada entre o autor e uma disciplina possa, de algum modo, seguir caminhos cúmplices. Para Venuti, a posição de invisibilidade é sintomática de relações mais complexas e desiguais a partir das quais se situam não apenas o tradutor e a obra traduzida, mas também as línguas e sociedades a que elas estão vinculadas. Há assim certa combinação entre imitação e criação. De modo geral, Venuti argumenta que o papel do tradutor é atualizar um texto em um cenário em que ele não existe ainda, ou seja, oferecer ao texto algum apelo em uma nova cultura e audiência distintas da sua original.

Em Antropologia, a ideia de atualizar um texto não é de todo nova. Afinal, produzir uma descrição de uma certa coletividade de pessoas, fenômeno ou problema



e231904

<https://doi.org/10.11606/ISSN.2316-9133.v33i2PE231904>

social e apresentá-lo para um grupo maior de sujeitos é também um processo de atualização. Nele, além do idioma, caminham sistemas simbólicos, efeitos práticos e gramáticas e materialidades que constituem o contexto de partida. Em última instância, essa compreensão da etnografia não é diferente do sentido linguístico de texto. No entanto, o tipo de imitação e criação que se faz em tradução é distinto do que se faz em Antropologia. Em um momento de crítica ao colonialismo e reflexão sobre os limites da etnografia, Talal Asad comentava o seguinte sobre a relação então vigente entre antropologia e tradução:

Uma diferença entre o antropólogo e o linguista na questão da tradução é talvez esta: enquanto o último está diante de um trecho específico de discurso produzido na sociedade estudada, um discurso que é *então* textualizado, o primeiro precisa construir um discurso *como* um texto cultural em termos dos significados implícitos em uma gama de práticas. A construção do discurso cultural e sua tradução parecem, assim, ser facetas distintas de um mesmo ato. (Asad, 2016: 231).

Para Asad, há uma diferença nos modos de produção ou, nos termos de Venuti, de atualização. Para o tradutor, o texto já existe como texto, mas virtualmente, e precisa ser atualizado em um novo contexto; para o antropólogo, a textualidade ganha forma a partir da etnografia e o seu uso da tradução em um movimento ativo que implica a circunscrição não apenas das possibilidades de entendimento sobre outras coletividades, seus sistemas simbólicos, história e perspectivas de mundo, mas, eventualmente, também de um idioma outro.

Mas o que acontece quando tradutor e antropólogo estão encapsulados em uma mesma figura? Ao descrever esse processo, Christiane Stallaert e Evelyn Schuler Zea (2012: 15) retomam o intenso processo de produção de um vocabulário compartilhado por cientistas sociais e pesquisadores da tradução, especialmente a partir da década de 1990 com a intensificação da globalização e a forte presença de uma perspectiva culturalista na tradução. Pouco mais de uma década do texto das autoras, o cenário atual ainda é bastante informado por essa perspectiva, evidenciando o apreço que ambas as disciplinas oferecem ao papel da linguagem e sua instância representacional e sociológica.

A consubstanciação entre antropologia e tradução constitui um “problema”, nos termos de Haraway (2016). E é a partir deste problema que este breve ensaio se coloca. Este texto, mistura de ensaio e comentário, parte de uma experiência de tradução para pensar os sentidos do texto em antropologia e sua materialidade. Assumindo a proposta de Venuti, nas páginas a seguir procuro ativar as curiosidades de leitoras e leitores do português para conhecer o universo trans venezuelano descrito por Marcia Ochoa, associando-o também às transformações pelas quais a antropologia vem passando no Brasil nas últimas duas décadas.

Este breve ensaio tem dois propósitos. O primeiro e mais imediato é apresentar as contribuições de Marcia Ochoa à Antropologia, especialmente ao subcampo de estudos sobre gênero e sexualidades. Assim, o ensaio é um comentário sobre aspectos importantes que caracterizam um de seus textos mais lidos e traduzido ao português neste número de

Cadernos de Campo: “Passarelas e perolones: mediações transformistas na avenida Libertador, em Caracas”. Mesclando observações de Ochoa ao meu próprio trabalho de campo, o segundo propósito é configurar alguns rumos do debate sobre gênero, sexualidades e suas geografias.

Circunscrito próximo ao que Ochoa (2015: 165) descreve a partir da ideia de “gênero como questão empírica”, as relações entre a socialidade do gênero e sua organização conceitual em diferentes contextos de pesquisa é uma pauta relativamente consolidada na disciplina.¹ No entanto, mesmo que não seja necessariamente uma novidade — ao menos quando consideramos a escala mais ampla das “antropologias globais” ou da própria história da disciplina a partir da década de 1970 —, no Brasil, este debate tem ganhado novo fôlego na última década com investimentos etnográficos sobre contextos até então interpretados por outros idiomas analíticos que não a sexualidade, os usos do corpo, o trabalho do gênero ou o desejo. Tais lugares são assentamentos, pequenas cidades, formas específicas de construção da vida camponesa, garimpos e fronteiras, por exemplo.

Distanciando-me um pouco da tradução e da obra de Ochoa propriamente dita e aproximando-me do contexto de leitura em que o texto passa a circular, neste ensaio gostaria de argumentar que há alguns aspectos históricos e sociopolíticos que sustentam a discussão sobre as geografias do gênero e da sexualidade nessas escalas. Argumento que eles são, ao menos em parte, resultado das interações entre Antropologia e Estado no Brasil. Nessa relação, podem ser observados ao menos dois momentos marcantes: a primeira e mais evidente é a ampliação dos espaços de pesquisa e produção e conhecimento resultantes de investimento na interiorização e institucionalização do ensino superior desde a segunda metade dos anos 2000. O segundo momento é caracterizado não por uma distância temporal em relação ao primeiro, mas pela formação de agendas específicas em torno da cidadania e dos direitos sexuais, especialmente com a instauração do Brasil sem Homofobia, em 2004.

Assim, nas páginas a seguir tento construir sentido sobre a importância desses aspectos sociopolíticos na construção da agenda de pesquisa brasileira em gênero e sexualidade, destacando também como alguns desses aspectos são ensaiados na antropologia feita por Marcia Ochoa. Não é meu propósito, no entanto, estabelecer uma correlação direta, seja contextual ou analítica, entre Ochoa e a reivindicação de pensar o lugar nos estudos de gênero e sexualidade no Brasil. Ao retomar a obra de Ochoa, gostaria de pensar a potência de alguns projetos etnográficos ao se associarem a múltiplas realidades

¹ Em síntese, esta foi a frente que pavimentou a construção dos estudos sobre gênero e sexualidade na Antropologia. No contexto das antropologias hegemônicas da primeira metade do século XX, a viagem e a distância eram formas de construir lugar e, a partir da observação de como homens e mulheres se organizavam foi possível construir debates importantes sobre poder e diferença, a exemplo do que ilustram trabalhos clássicos, como os de Margaret Mead, Gilbert Herdt, Michele Rosaldo, Lila Abu-Lughod, por exemplo. O contexto colonial e a organização do poder próprias ao Império e ao eurocentrismo, no entanto, construíram um lugar como entidade representacional, com baixo índice de complexidade. Ainda que não fosse o propósito de tais trabalhos pensar a espacialidade do gênero, alguns desses casos projetam uma relação metonímica (a sexualidade trobriandesa, as mulheres melanésias etc.) que, no limite, produzem lugar e espacializam interações. Mesmo que fortemente influenciada por essas antropologias, a construção da agenda e do próprio projeto de antropologia brasileira partiu de uma dimensão de alteridade distinta, com pesquisas muito próximas ao próprio contexto nacional. Dessa particularidade e da própria organização da infraestrutura institucional no país, surgiu então outro problema: a centralidade.

locais e disputar a ideia de nação e sua história, a partir de corpos e subjetividades pouco visíveis ou de narrativas subrepresentadas.

Penso que essas questões passam a ser significativas não apenas por aquilo que oferecem ao conhecimento etnográfico e sua tentativa de compreender as mediações e tensões em torno do gênero e da vivência das sexualidades, mas também pela mudança no ecossistema político brasileiro. Assim, é fundamental compreender e ampliar o repertório sobre os mecanismos de sobrevivência às disputas contemporâneas e seus efeitos sobre as vidas de coletividades políticas afetadas pelo crescimento de valores conservadores e da agenda de ultradireita no Brasil.

Este ensaio está organizado em dois momentos. Na primeira parte, busco relacionar minha própria experiência de pesquisa² e a produção de Marcia Ochoa para pensar a materialidade do lugar e seus desafios na produção de uma descrição etnográfica. Neste aspecto, busco argumentar em torno da defesa de uma perspectiva de pensar a performatividade e relacionalidade do lugar, questões que são fundamentais para pensar as políticas do lugar e seus efeitos sobre as teorias do gênero e das sexualidades. Na segunda parte procuro entender como esse interesse pelo lugar forma parte de um contexto brasileiro específico e inaugurado a partir de ações governamentais e da relação historicamente estabelecida pela disciplina com setores do Estado. Assim, busco relacionar como a perspectiva de reposicionar o lugar nos estudos sobre gênero e sexualidade dizem respeito às transformações sociais vivenciadas pelas políticas de expansão e interiorização do ensino superior, as ações afirmativas e os debates em torno dos direitos sexuais.

Conexão Xingu-Avenida Libertador

Xingu é um bairro de urbanização recente localizado na cidade de Tabatinga, no noroeste do estado do Amazonas, próximo à fronteira com a cidade de Leticia, na Colômbia. Ao caminhar pelo bairro, era comum encontrar trabalhadores construindo casas e empreendimentos comerciais, especialmente aqueles dedicados à construção civil. Em muitos aspectos, quando estive lá, em julho de 2017, era um espaço em rascunho. Nos anos seguintes, a região foi ganhando mais casas, enquanto aquelas que estavam em construção foram ganhando uma forma mais estabelecida na paisagem, junto a outros serviços públicos, como escolas e praças. Foi nessa região que conheci Ana e sua família.

Ana era uma jovem indígena de ascendência Yagua, assim como seus pais. Oriundos da cidade de Puerto Nariño, eles haviam migrado para Isla Santa Rosa, no lado peruano da fronteira, no início dos anos 2000. Ainda na juventude, Ana começou a usar roupas femininas e foi nesse momento também que começou a adotar o nome feminino

² Minha relação com o Alto Solimões, especialmente com as cidades da tríplice fronteira (Tabatinga-BR, Leticia-COL e Isla Santa Rosa-PR), forma parte da pesquisa que deu origem à minha tese de doutorado (Oliveira, 2022). No trabalho, tentei construir uma interpretação do gênero e das sexualidades como perspectiva para analisar as relações entre cidade e cidadania no processo de urbanização da fronteira. Construindo uma rede de interlocução e pesquisa formada, majoritariamente por pessoas que se movimentavam pelo universo trans ou gay, fui constantemente provocado a explicitar e negociar minha posição. Esse jogo de posicionalidades coloca em evidência não apenas como caracterizava minha sexualidade, gênero e cisgeneridade, mas também minha origem em um sentido mais amplo (como lugar de formação e nascimento, mas também como relação institucional, já que era por vezes lido como o “antropólogo de São Paulo”, apesar de ter nascido e vivido a maior parte da minha vida na Paraíba).

em ocasiões sociais e junto a suas amigas nas festas e bares da cidade de Letícia. Quando a conheci, os meandros de sua vida pessoal eram bastante diferentes daqueles que comentávamos em nossas conversas. Ela costumava competir nos concursos de miss, tendo ganhado já alguns títulos; além disso, desfilava em ocasiões especiais, como festivais regionais, festas privadas e manifestações públicas como a parada pela diversidade. Em 2017, sua vida era mais tranquila, o que se traduzia de algum modo nas poucas palavras e no silêncio que cultivava. Falava muito pausadamente, economizando palavras e investindo sempre nos olhares e risos discretos.

Em nosso encontro, Ana estava com o cabelo preso por uma goma elástica e vestia o uniforme verde e branco da instituição onde trabalhava. Nosso encontro, logo no horário do almoço, foi seguido por uma longa caminhada em um dia de calor intenso. Ela havia convidado a mim e a Silvana Nascimento para conhecer sua casa e assim fomos.³ Ana, acostumada e apressada pelos próprios compromissos e cotidiano, seguia rápido, desviando de buracos e calçadas comprometidas. Com alguma dificuldade, seguíamos seus passos atravessando bairros e encontrando com pessoas conhecidas, muitas delas dirigindo-se às suas casas para almoçar.

A casa no Xingu era o resultado de anos de esforço e economia de dinheiro em situações de trabalho bastante desfavoráveis. No entanto, tudo que conseguiu reunir permitiu que ela comprasse um terreno onde construiu sua casa. Ao chegarmos, Ana sentou-se brevemente na varanda, enquanto ficamos posicionados na parte frontal. Foi dali que avisou aos demais membros da família que estava acompanhada. Em razão do calor, abanava-se com um livreto enquanto falava conosco sobre as condições de compra da casa e o cotidiano no bairro. Em algum momento, chamou-nos para entrar, conhecer sua casa e família e nos abrigar do calor. Na sala, próximo à entrada, em uma pequena bancada de canto, estavam um calendário, uma bíblia e uma foto em que ela vestia roupas masculinas. Era uma típica foto utilizada em documentos oficiais, porém ampliada. Chamava atenção, assim, os mundos em que ela vivia. A foto pendurada na porta da casa era quase oposta às fotos que alimentavam nossa curiosidade e conversas, fotos em que ela estava rodeada por pessoas, usando vestidos, sorrindo e segurando faixas, títulos e troféus.

Assim como outras casas no Alto Solimões, a de Ana era elevada em relação ao solo.⁴ Ao caminhar, podia-se não apenas ouvir o barulho dos passos sobre a madeira, mas em alguns lugares observar o chão de terra e argila. A casa possuía quatro cômodos internos: uma sala, dois dormitórios e uma pequena área de cozinha que se articulava a uma parte externa, onde ficava uma espécie de continuação da cozinha, com o forno a lenha, um lavatório e acesso ao banheiro. Além do chão, pelas frestas era possível ver

³ As situações descritas aqui foram vividas em um contexto de pesquisa muitas vezes colaborativa, em parceria com outras pesquisadoras e pesquisadores que trabalhavam no Alto Solimões. O encontro com Ana, por exemplo, ocorreu quando estava acompanhado de Silvana Nascimento, então minha orientadora de doutorado e com quem Ana havia se conectado inicialmente. Em razão disso, utilizo a primeira pessoa do plural em algumas situações, ainda que haja predileção pela primeira pessoa do singular.

⁴ Pude observar durante a pesquisa de campo que este tipo de construção é comum principalmente nas habitações feitas em madeira, ainda comuns na região. As palafitas localizadas próximas aos rios, além de muitas casas de famílias indígenas nas periferias da cidade ou nas aldeias no perímetro urbano, por exemplo, apresentam essa configuração. Em alguns casos, esse espaço abaixo funciona como uma espécie de porão, onde são depositados outros materiais para reparos.

pintos e galinhas que a família criava; nas laterais da casa, além do varal, também havia algumas plantações, quase todas de mandioca. Na parte frontal da casa, havia ainda uma pequena escada com três degraus e a mini varanda com uma cadeira.

A conversa era acompanhada e entremeada pelos seus sobrinhos que, curiosos com minha presença, corriam e pediam para aparecer nas fotos que estava fazendo. Falávamos em espanhol, enquanto Ana eventualmente comunicava-se em yagua com sua mãe. Àquela altura da sua vida, os concursos eram vividos de forma afastada do ambiente doméstico. Assim, mudamos brevemente o foco da conversa, tentando acompanhar o cotidiano e as pessoas que compartilhavam aquele lugar. Curiosa, a mãe de Ana nos observava próximo, mas de forma recolhida. Enquanto isso, as crianças corriam, pediam para subir nos meus ombros e vasculhavam as lentes da câmera fotográfica. Para todos os efeitos, parecia haver carinho e afeto na relação entre as pessoas que constituíam o cotidiano da casa, notadamente a mãe, o irmão e sua esposa, além dos sobrinhos. Apesar do investimento ter sido feito com seu dinheiro, a casa de Ana era construída e vivida por essa porção da rede de parentesco a quem, eventualmente, também se associavam outros parentes que viviam do outro lado do rio Solimões, em Santa Rosa.

Ao longo da pesquisa, pude reencontrar Ana e outras interlocutoras e colaboradores de pesquisa que compartilharam comigo o espaço de suas casas. Esse lugar, por vezes tão cobiçado e ao mesmo tempo pouco visível na pesquisa de campo, aponta para as complexidades que constituem as relações entre os instrumentos metodológicos e os aspectos intersubjetivos que caracterizam a etnografia. No domínio conceitual também, a casa e a domesticidade foram aspectos importantes para desenvolvimento da teoria de gênero, especialmente tensionando os mecanismos de subordinação das mulheres (cf. Ortner, 1974; Strathern, 1982; 2006; Correa, 1983; Carsten e Hugh-Jones, 1985; Lea, 1993 entre outras).⁵ Todavia, ainda que estivesse ciente da complexidade da estrutura familiar, o que me animava no universo vivido por Ana, era o modo como a casa se instaurava como um novo espaço de possibilidade. Era um símbolo marcado por desejos e posições antagônicas: ícone de uma relação conflituosa em que habitavam narrativas sobre expulsões, saudades e os dilemas entre famílias de sangue e famílias de consideração de um lado, mas também sonho, realização e espaço para produção de si. Nas histórias que acompanhei na pesquisa de campo, foi com a saída da casa que algumas interlocutoras puderam expressar seu gênero, cultivando afetos, roupas e outros elementos que permitiam uma vida mais confortável, ainda que a vida na rua permanecesse dura e ardilosa. Para algumas, a possibilidade de ter uma casa era inclusive uma oportunidade para alimentar vínculos familiares anteriormente desfeitos ou esgarçados, mesmo que isso significasse manter com o próprio trabalho uma extensa parentela.

A casa de Ana era uma manifestação de conforto e partilha que parecia muito distante das histórias de flerte com clientes, corridas policiais e desfiles nas passarelas da avenida Libertador. No entanto, se as ruas eram espaço de produção das feminilidades em que as transformistas de Caracas se engajavam, experiência semelhante acontecia com Ana e seu trânsito pela fronteira. O que diverge é a expressão de feminilidade desejada e produzida em cada um desses espaços (Nascimento, 2019; 2023), bem como os projetos de cada interlocutora. Na passarela, a feminilidade tem contornos fabulosos, ou, nos termos

⁵ O estudo da casa tem implicações inclusive para outros domínios disciplinares e subcampos de pesquisa.

de Ochoa, espetaculares, tendo em vista que seu propósito é cativar a atenção de um cliente eventual; já nos concursos, o carisma e glamour das misses converter a passarela em um espaço de produção de beleza nacional. A feminilidade que Ana buscava imprimir em casa era de tipo mais banal, manifestando-se mais pelos compromissos, responsabilidades e atividades que assumia no cotidiano da família, ainda que, quando participava dos concursos e desfiles, ela se aproximasse também dessa dimensão espetacular das transformistas e misses. Como notou Ochoa, essas imagens formam parte de um projeto de construção múltipla do feminino e, acrescento eu, que tem relação latente com a própria produção do lugar. Nas tantas vezes que reli Ochoa, me peguei pensando sobre essas cenas. Elas pareciam como imagens impressas em páginas de acetato que, ainda que singulares, podiam se sobrepor e compor imagens dinâmicas que indagavam sobre lugares, pessoas e histórias que nem sempre andam acompanhadas. Elas pareciam um convite a observar as relações de aproximação e distanciamento entre as avenidas das grandes cidades, e o espaço das cidadezinhas, vilas, terreiros, roçados, sítios, igarapés, praças, becos e casas que eu pesquisava.

Esta cena do encontro com Ana parece ter pouco em comum com as construções em concreto, as vias largas ou os estabelecimentos espetaculares descritos por Marcia Ochoa em sua história das transformistas e translatinas que habitam a Avenida Libertador em Caracas. Ao menos em princípio. Construída durante um período de intensa tensão social na Venezuela, a avenida Libertador era símbolo de um projeto de nação implementado pelos governos militares. As transformistas descritas por Ochoa não estavam inclusas nesse projeto, mas eram constitutivas dele. Com algum esforço, é possível localizar algumas semelhanças na contingência histórica da formação geopolítica da tríplice fronteira, especialmente o afã militarista e seu esforço por marcar sua presença a partir de projetos de desenvolvimento que, como efeito, produziram também uma experiência de urbano no Alto Solimões e em outras cidades. No entanto, as casas de madeira elevadas do chão correspondem a uma imagem de modernidade e desenvolvimento distante daquela produzida na capital venezuelana da década de 1960.⁶ Segundo Ochoa, “o projeto da avenida também buscou uma estética moderna” (2015: 144), que se traduzia nos materiais, linhas e adornos, mas também pela interdição da presença do pedestre. Na fronteira, os caminhos ainda eram predominantemente resultado da confirmação de rotas errantes que iam se consolidando a partir de intervenções em tijolo e cimento, mas também de madeira e outros materiais que buscavam regular e tornar mais confortável as características da vida em uma cidade amazônica.

No Xingu, não havia os escritórios da PDVSA (Petróleos de Venezuela SA), o tráfego intenso de carros de executivos, tampouco passarelas tão extensas como aquelas que serviam de territórios de desfile e fuga para as transformistas no final da década de 1990 e períodos alhures. O Xingu, no entanto, era onde estava a casa de Ana e sua história. Uma história marcada por faixas de miss, vestidos de cetim, maquiagens, cabelos longos e compridos e perucas. As fotos dos concursos coexistiam com as fotos de terno e gravata,

⁶ Neste aspecto, a cidade-imagem como símbolo de progresso e da nação parecem ser mais contundentes para a análise. Essa nação tem um corpo e um lugar: a Amazônia como símbolo da natureza nacional e a sua colonização como parte de uma gramática masculinista própria dos processos de colonização. A este respeito ver Oliveira (2022), Melo e Nieto Olivar (2019).

assim como na avenida Libertador coexistiam transformistas exercendo o trabalho sexual e seus clientes. Os encontros e desencontros entre pistas e passarelas constitui parte do movimento discursivo e etnográfico realizado por Ochoa em sua principal monografia, *Queen for a Day* (Ochoa, 2015), ao qual *Pasarelas y perolones* (Ochoa, 2011; 2024) foi integrado como um dos capítulos posteriormente.

As passarelas dos concursos de miss Venezuela e as passarelas que conectam o fluxo intenso de carros da avenida Libertador fazem parte desse jogo de sobreposição de imagens explorado por Marcia Ochoa. Assim, *pasarelas y perolones* constitui parte de um movimento mais ambicioso em que Ochoa para compreender a linguagem da beleza e do glamour impressos nas feminilidades como formas de poder. Em seu projeto etnográfico, essas questões têm implicações ainda sobre a ideia de nação produzida na Venezuela, implicando ainda um complexo jogo de escalas. Marcia Ochoa (ela/elu) nasceu em Bogotá, Colômbia, onde viveu os primeiros anos de sua vida. Ainda na infância, mudou-se para os Estados Unidos onde seus pais estudavam. Foi na Universidade de Chicago que Ochoa teve sua formação, ainda que a antropologia não fosse sua escolha inicial. A escolha pela antropologia e pelos estudos de mídia, gênero e sexualidade foram resultado da influência de uma geração de antropólogas e antropólogos com forte relação com os movimentos feministas e os debates sobre posicionalidade e seus efeitos sobre o trabalho de campo antropológico, a exemplo de Ruth Behar, Sandra Cisneros e Cherrie Moraga.

Após graduar-se, Ochoa trabalhou em coletivos e casas destinadas a acolher pessoas vivendo com HIV/Aids, queer e migrantes. Foi a partir dessas iniciativas de intervenção e ativismo que retornou à universidade para dar início à pesquisa que deu forma a *Queen for a Day*, publicado em 2014 e indicado ao prêmio de melhor livro em estudos LGBTQ pela Lambda Literary Foundation. Metodologicamente, a presença de Ochoa em Caracas registra uma formação de influência interseccional a que se soma também uma perspectiva implicada ou, como descrito, ativista. Assim, além da observação participante, suas incursões eram caracterizadas por atividades de distribuição de preservativos, demonstrações de cuidados sexuais e outras iniciativas significativas não apenas para o contexto da pesquisa, mas também para o contexto de interlocução.

A divergência aparente ente esses dois contextos (Caracas no início dos anos 2000 e a fronteira amazonense em meados dos anos 2010) e os universos ao qual eles estão atrelados (a prostituição e os concursos, ou as ruas e passarelas) revela uma espécie de conexão analógica ou lateral entre as duas experiências. Na interpretação de Ochoa, essa conexão se estabelece a partir de repertórios e performances de feminilidade que constituem não apenas a subjetividade e o corpo das pessoas com quem a autora desenvolveu seu trabalho, mas também o corpo do país e o modo como beleza e glamour constituíram a Venezuela como nação a partir de seus concursos. No Brasil, por sua parte, acredito que as reflexões de Ochoa possam orientar uma compreensão de ordem mais específica, constituindo-se assim como um instrumental analógico que permite organizar o olhar para as relações entre processos de genderização e produção do lugar, desafiando assim o idioma masculinista com que certos lugares são instituídos.

As relações de proximidade e semelhança que as experiências descritas pela autora no texto aqui traduzido e aquele de que Ana participa convive com outro, marcado por diferentes modelos explicativos, efeitos relacionais e políticos e conflitos. Assim, a

gramática do gênero e das sexualidades, apesar de acionar um verniz de semelhança, pode estar constituída também por sintaxes e construções lexicais próprias. Assim, mais do que um ensaio sobre usos do espaço, a antropologia produzida por Marcia Ochoa associa-se ao conjunto de experimentos etnográficos que, no campo da antropologia, busca produzir sentido para as relações entre corpo, pessoa, diferença e lugar. Essas associações pautadas por semelhanças e diferenças configuram também a possibilidade de propor generalizações e elevar a teoria etnográfica a uma teoria antropológica a partir de dispositivos e mecanismos interpretativos, como este ensaiado aqui a partir de uma etnografia sobre transformistas na Venezuela do início dos anos 2000.

Conexões analógicas

Ana trabalhou a maior parte de sua vida em atividades relacionadas ao cuidado e ao doméstico. Havia sido cozinheira, empregada doméstica e faxineira como outras pessoas que constituíam o universo trans na fronteira. No entanto, era nos lugares de produção e validação da beleza que se expressava com maior proficiência. Na sua juventude, dizia, tão logo baixava a noite embelezava-se, trocava de roupas e encontrava as amigas nas praças e em alguns outros lugares da cidade de Leticia. Nesses momentos, trocava confidências, aprendia a se maquiar ou a lidar com as adversidades da vida, assim como encontrava pessoas que apreciavam sua companhia. A participação nos concursos de beleza e festas com competições era parte desse momento de lazer e de organização das possibilidades do próprio corpo. Nos anos seguintes, consoante mudavam as rotinas de trabalho e as demandas do convívio familiar, foi reduzindo as participações nesses lugares.

As feminilidades na fronteira, assim como na avenida Libertador, eram vividas em miríades, sem que houvesse um comprometimento muito rígido com uma fixidez. Assim, ao compartilhar e comentar sobre as fotos em que aparecia com faixas de miss e cabelos super penteados, pairava sobre si a foto familiar de terno e gravata, com expressão fechada e sóbria. Como dizia, não se sentia *mujer mujer*, mas sim uma *chica trans*. Entre as interlocutoras peruanas o idioma discricional tinha sua gramática própria. Ainda que compartilhassem o espanhol como língua nacional, peruanas e colombianas produziam para si uma linguagem própria, consolidando limites e aproximações que operavam e davam formas a outras formas de diferenciação, como aquelas relacionadas à raça e ao pertencimento étnico de algumas. Algumas pensavam e descreviam a si mesma como travestis com a tônica na segunda sílaba, distinguindo-se também de suas companheiras brasileiras. Enquanto estive em Tabatinga e em outras cidades na fronteira, me chamava atenção duas coisas: primeiramente, a vivacidade das experiências de trânsito de gênero que minhas interlocutoras e amigas viviam, e o modo como essas experiências apontavam para outros tipos de narrativa e histórias que só recentemente passaram a ser mais divulgadas e contadas.

Mais que escolhas lexicais para descrever a si mesma, essas distinções eram flexíveis e construía não apenas um conjunto de termos vocativos, mas também uma gramática própria. Como nota Ochoa ao retomar o trabalho de David Valentine (2007), essa confluência constitui parte de um problema antropológico que diz respeito não apenas ao universo temático do gênero, mas os contextos em que ele é formulado: “o próprio gênero é uma questão empírica, uma que requer de nós, nos projetos etnográficos,

observar as categorias em uso nos processos de genderização” (Ochoa, 2015: 164). De modo próprio, Valentine argumenta que as categorias importam tendo em vista que elas mostram as possibilidades de organização comunitária e produção de si. Sem querer reificar as categorias, atribuindo à linguagem um poder soberano de criar a realidade, entendo que as formas de nomeação, organização e composição que minhas interlocutoras faziam uso podem ser melhor entendidas dentro da própria noção de performatividade, como sugeriu Butler (2003). Aliás, é essa concepção mesma acionada por Ochoa para configurar sua compreensão sobre as feminilidades produzidas e agenciadas pelas transformistas na avenida Libertador.

A noção de performatividade, sugere Karen Barad (2017), oferece ainda uma outra contribuição às análises de gênero: ela permite requalificar ou estabelecer outros contornos a problemas tributários da tendência determinística que recai sobre abordagens que pautam o construcionismo social (cf. Haraway, 2004; Rubin, 2017). Assim, fazer passarela na avenida Libertador é tão significativo para a construção da experiência transformista descrita por Ochoa quanto será o idioma da casa na crônica da vida de Ana quando nos conhecemos. Portanto, é possível argumentar que as formas de produção de gênero acionadas por pessoas em diferentes universos temáticos e etnográficos funcionam como índices contextuais importantes para compreender as análises que as pessoas produzem sobre si mesmas e os mundos que habitam, mas também circunscrever o conjunto de relações em que estão implicadas. Observando interlocutores e cenários comuns ao meu, o trabalho de Nascimento (2019) sugere que esses mecanismos de categorização são produzidos não apenas no espaço administrativo da fronteira, mas em escalas menores, em espaços onde a sociabilidade e as práticas produzem os lugares, mas também produzem gênero, a exemplo dos salões de beleza e peluquérias.

Chicas trans, mujeres, mujer mujer, gay, travesti, bofe e outras tantas categorias observadas pela produção antropológica sobre gênero e sexualidade pelo menos desde a década de 1980 são testemunhas dessa aproximação entre corpo, lugar e subjetividade que a etnografia permite revelar. Mais do que um esmero linguístico pela catalogação das formas de viver e criar mundos, a preocupação antropológica em identificar, compreender e respeitar os termos pelos quais as pessoas descrevem seus próprios mundos faz parte de um comprometimento metodológico e ético. É a partir desses mecanismos de objetivação da experiência social que nuances e diferenças ganham forma e sentido e é a partir delas que podemos compreender os mecanismos de produção de mundo. Assim, antropológicamente, o gênero da teoria sociológica ou da filosofia da diferença ganha corpo e se encarna em pessoas, histórias, lugares e fenômenos.

Lugares e escalas

Mobilizado por histórias como as de Ana e sua casa, ou das transformistas venezuelanas na avenida Libertador, gostaria de desenvolver na porção final deste ensaio dois eixos relacionados ao que possa ser o lugar na compreensão do gênero e das sexualidades: o primeiro diz respeito às perspectivas de lugar e localização em jogo especialmente na geografia e na antropologia a partir de autoras feministas e de contribuições queer; o segundo ponto diz respeito aos meandros sociais e políticos que permitiram o que considero ser uma reconfiguração do debate sobre lugar como parte das

disputas discursivas e das transformações que caracterizam o ambiente e a antropologia produzida no Brasil.

Como dito anteriormente, no subcampo dos estudos de gênero e sexualidades em Antropologia, o debate sobre lugar não constitui necessariamente uma novidade. Ele ocupa uma posição específica, junto com descrições sistemáticas e eventualmente caracterizações disciplinares em mapas e croquis de localização. Essa configuração visual do espaço e do lugar parecem querer indicar onde a pesquisadora ou o pesquisador desenvolveu suas redes de relação, interlocução e colaboração, mas parecem traduzir também uma relação metonímica em que aquilo que se busca representar parece autoevidente. Assim, o mapa da cidade interiorana constitui uma dimensão objetiva da cidade interiorana, projetando uma certa completude. Ainda que, cartograficamente, esta seja uma armadilha fácil de identificar, em Antropologia, ela tem alguns dilemas no que tange à descrição e à concepção de espaço e lugar. Dito de outro modo, é como se a imagem do lugar recortado o constituísse, eventualmente ignorando o caráter artificial e político das linhas divisórias, marcos e pontos de referência que produzem a geografia dos lugares.

O lugar é um efeito dos processos de localização, um regime discursivo possível a partir das relações que pesquisadoras e pesquisadores produzem em interação. Essa interação é marcada pela partilha do presente, mas também por aspectos sociais, políticos, culturais ou cosmológicos que constituem as temporalidades de um “lugar”. Nessa perspectiva, a representação de um lugar como algo circunscrito em uma figura estática – e muitas vezes substitutiva ao esforço narrativo de reconstruir o próprio espaço e lugar em suas relações, materialidades e interações – produz uma posição do tipo olho de Deus, como descrito por Donna Haraway (1995). Essa instância representacional tem na definição dos limites e processo de nomeação parte da sua eficácia e poder, como sugeriu Edward Said (2007), e deve, portanto, ser reavaliada. Afinal, o que está em jogo quando descrevemos um lugar e por que essa pergunta importa? Contra essa perspectiva, há que se pensar em novos lugares e novas estratégias para construção do lugar, abrindo espaço para geografias fluídas e em constante atualização, abertas e em diálogo maior com os movimentos, transições e transformações das vidas das pessoas que a etnografia se propõe a traduzir.

Como posição ética, essa abertura do lugar parece ser um pouco mais honesta com as possibilidades e limites de abstração oriundos do material. Como sugeriu Claudia Fonseca, a partir do seu histórico de pesquisa sobre mercados do sexo e prostituição: “o caso etnográfico, normalmente, não tem pretensão de representatividade estatística. Uma dada descrição da realidade, devidamente inscrita na literatura para atual e futura reflexão, passa a constar como instância do possível – nada mais, nada menos”. (Fonseca, 2004: 271). Assim, à etnografia, cabe recriar as condições textuais, conceituais e metodológicas que permitam ampliar o estoque de narrativas sobre a experiência humana ou social, fornecendo também um lugar para isto.

Espaço, lugar, posição e território são conceitos que têm sido objeto de disputa e discussão entre diferentes campos disciplinares e correntes teóricas. Em matemática e física, por exemplo, espaço pode ser compreendido como um certo contínuo tridimensional caracterizado aspectos próprios, como posição e direção. No entanto,

espaço e lugar não são sinônimos, ao menos em geografia, onde esses termos possuem sentidos variados e nem sempre convergentes. Atribuindo ao debate uma perspectiva epistemológica feminista, a geógrafa Doreen Massey (1994) propôs que esses conceitos fossem interpelados em termos de relações sociais. Ainda nesse aspecto, ela retoma um debate fundamental na Física, por exemplo: espaço e tempo devem ser conceitualmente integrados.

Em antropologia, no entanto, os sentidos de espaço e lugar tendem a ser mais fluidos, considerando o dinamismo das paisagens etnográficas e os movimentos de trânsito, viagem e deslocamento que a disciplina vem tentando registrar e analisar desde a década de 1990, pelo menos. Pouco mais de destaque vem sendo atribuído à ideia de posição, especialmente a partir de discussões metodológicas que buscam evidenciar a corporeidade de quem pesquisa, sua relação com a agenda de pesquisa e os efeitos da presença em campo. É a partir desse debate que, por exemplo, a noção de posicionalidade tem sido mobilizada para tornar explícito o sujeito do conhecimento e reconfigurar relações importantes para a construção da etnografia e do projeto antropológico a partir de abordagens críticas, feministas, queer, decoloniais e contracoloniais.

Assim, em sua instância representacional, o lugar tem sido um elemento presente nas etnografias sobre a socialidade e performatividade do gênero. O que há de novo nesse contexto já estabelecido é então a escala de lugar e sua configuração. No início deste ensaio, sugeri que as paisagens de pesquisa têm se diversificado a partir de um conjunto de transformações ocorridas desde o início dos anos 2000 tanto no escopo das políticas sexuais quanto das políticas educacionais. Fenômenos que até então pareciam característicos de grandes centros urbanos passaram a ser documentados e analisados em outras configurações de espaço, a partir de etnografias produzidas em lugares e encontros que manipulavam outras materialidades e linguagens, produzindo, portanto, novas perguntas para a compreensão do espaço e dos eixos de diferenciação em pauta.

Parte das transformações que produziram essa diversificação temática atualiza uma relação já bastante documentada no Brasil, a saber: a relação entre a antropologia e o Estado. Diferente da posição historicamente mais notável, em que antropólogas e antropólogos colaboram como mediadores dos interesses e projetos de coletividades politicamente minoritárias ou com baixo poder de representação institucional, no conjunto de relações que gostaria de descrever agora, as movimentações produzidas são de outra ordem.

Desde o processo de reabertura democrática, o Brasil registra uma ampliação no volume de matrículas em instituições de ensino superior o que, em alguma medida, documenta também um crescimento nos indicadores econômicos do país. Como observado por Adriano Senkevics (2021), esse crescimento é parte de dois ciclos de expansão específicos, o primeiro iniciado na década de 1960 e influenciado por mudanças na legislação educacional que foram revistas e reconfiguradas na década de 1990, quando houve também um maior crescimento do setor privado. Na primeira década dos anos 1990, o número de matrículas cresceu de maneira pouco expressiva, indo de pouco mais de 1 milhão e meio para pouco mais de dois milhões. No início dos anos 2000, com a ascensão do governo do Partido dos Trabalhadores, esse número se amplia drasticamente. Em 2003, primeiro ano de mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil tinha pouco mais de 3

milhões de pessoas matriculadas em cursos de graduação. Ao final do segundo mandato, esse número tinha mais que duplicado.

Além do crescimento no número de matrículas, havia na proposta de expansão do ensino superior a tentativa de transformar uma realidade sociológica das desigualdades educacionais no Brasil: pessoas que fizeram graduação em escolas públicas acessando o ensino superior em instituições privadas (cf. Senkevics, 2021: 46). Os efeitos dessa presença massiva do setor privado manifestavam-se ainda em outras instâncias, como a distribuição das instituições pelo país e a proporcionalidade no número de matrículas em relação à classe social. Ainda segundo Senkevics, três quartos das matrículas em cursos de graduação concentravam-se nas regiões Sul e Sudeste do país até o fim da década de 1990. Como sugeriu Cristina Carvalho (2014: 216), em resposta a esse quadro, a política educacional proposta a partir de 2003

expressava duplo intuito: manter o crescimento absoluto do sistema educacional de nível superior, cujo predomínio esmagador concentrava-se no segmento particular, e, simultaneamente, redirecionar parcialmente os instrumentos existentes em prol do segmento federal.

Entre 2003 e 2016, ciclo caracterizado pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, o país passou por um amplo conjunto de transformações no que diz respeito à ampliação do ensino. Considerando as relações de interdependência que caracterizam o ensino superior e os investimentos em Ciência e Pesquisa no país, compreender esses arranjos pode ser interessante para o tema em discussão.

Ao analisar as políticas de ampliação do ensino superior no Brasil no segundo ciclo de expansão, ou seja, após a década de 1990, Senkevics identificou cinco grandes tendências: democratização do acesso, instituições de ações afirmativas, desequilíbrio entre público-privado, ampliação do ensino a distância e estratificação horizontal. Esse quadro oferece importantes indícios para compreender também a ampliação dos espaços de produção de conhecimento e institucionalização da Antropologia no país que, em certa medida, formam parte do caldo de mudança que reorganizaram os espaços, sujeitos e temas de pesquisa.

Iniciado em 2007, durante o segundo mandato de Lula, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) pode ser interpretado como uma das mudanças mais significativas nesse conjunto de transformações em relevo. De maneira concreta, o Programa efetivou a criação de mais de 100 campi e 14 universidades espalhados por todo o país entre 2007 e 2017, o que representou até 2018 uma duplicação no número de matrículas em universidades federais. Como sintetizou Senkevics:

O CES indica que as matrículas na rede federal duplicaram, saltando de 643 mil para 1,2 milhão, com a oferta interiorana crescendo de 38% para 53% do total e maior diversificação das formas institucionais, sem mencionar que as universidades estaduais, embora tenham pedido

relativo espaço no conjunto do setor público, também presenciaram incremento na oferta, de 490 para 582 mil matrículas no mesmo período [2008-2018]. (Senkevics, 2021: 54).

No que tange à história da institucionalização da antropologia, esse processo marca um período novo e vertiginoso de expansão das ofertas de cursos de Antropologia e Ciências Sociais no país. Essa oferta ocorreu primeiramente em cursos de graduação em muitos casos em estreito diálogo com as realidades e experiências dos contextos dos campi em que foram alocados, mas logo passaram a contemplar também a possibilidade de cursos de pós-graduação (cf. Grossi, Tassinari e Rial, 2006; Tavares, Guedes e Caroso, 2010; Simião e Feldman-Bianco, 2018). Por fim, a digitalização dos mecanismos de candidatura e ingresso acabou incidindo também sobre essa demanda, criando novas formas de circulação e trânsito de pesquisadores entre diferentes núcleos de pesquisa e instituições.

Este cenário maior de ampliação do ensino superior, no entanto, pode ser interpelado a partir de duas frentes. A primeira e mais imediata é a ampliação das possibilidades de estudo, pesquisa e diálogo entre universidade e sociedade em diferentes localidades. A segunda é a compreensão dos efeitos dessas mudanças na manutenção de certos privilégios. Como argumentei em outro trabalho:

O REUNI produziu uma sensível transformação na possibilidade de acesso e no número de vagas para docentes e discentes. Contudo, permanecem desigualdades regionais quando consideradas a estrutura dos campi e a incorporação dos profissionais formados no mercado de trabalho, seja ele público ou privado. Mais que isso, permanecem também desigualdades e assimetrias no que diz respeito à distribuição da produção e circulação do conhecimento. Como nota Simião (2018), ainda que a maior parte dos programas de pós-graduação criados entre 2005 e 2012 tenha tido como contexto espacial os estados do Norte e Nordeste, o Sudeste concentrava 44% e o Sul 20% do total de alunas/os em nível de pós-graduação em Antropologia. No cenário atual, ainda que 20 dos 31 cursos de Pós-Graduação em Antropologia reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura não estejam no Sul ou Sudeste, os programas reconhecidos como centros de excelência continuam nestas regiões. (Oliveira, Ribeiro e Venâncio, 2021: 7)

Ainda que se careça de uma abordagem metodológica que possa destacar essas desigualdades, um dos principais entraves epistemológicos no diálogo entre centros de pesquisa localizados em regiões mais consolidadas e com maior poder político e econômico é a política de citação, bem como o investimento no ecossistema editorial para difusão dos resultados e experimentações produzidas tanto em pesquisa quanto em ensino e extensão. Esta seara, já que bastante extensa, não cabe aos propósitos deste breve ensaio.

A expansão e interiorização do ensino superior e, em grande medida, da antropologia, permitiu também que os espaços em que os campi estavam alocados pudessem se constituir também como núcleos de produção de conhecimento, quebrando

assim uma distinção silenciosa, mas instaurada na disciplina, entre lugares para fazer campo e lugares para fazer teoria/Antropologia. A partir desse processo, aldeia e universidade, por exemplo, puderam estar mais próximas, o que repercutiu não apenas em uma conexão mais efetiva entre indígenas e antropólogos, mas a formação de pesquisadores indígenas e uma incidência maior sobre a devolutiva dos processos de pesquisa. Em escalas muito variadas, esses processos podem ser observados em outros contextos temáticos e campos, inclusive o do gênero e da sexualidade.

A ampliação dos espaços de produção de conhecimento sobre gênero impulsionou um olhar mais atento às experiências de diversidade de sexo-gênero em espaços de pesquisa que costumam ver interpelados a partir de outras lentes teóricas e temáticas. Como dito acima, a curiosidade e interesse de pesquisadoras e pesquisadores jovens em gênero e sexualidade permitiu investigar fenômenos, personagens, regimes e questões que até então eram interpretados a partir tão somente das grandes cidades. Com isso, questões relativas aos efeitos da escala e também aos enquadramentos teóricos também passaram a ser reavaliados. Analisando o contexto da produção disponível sobre o tema até a primeira metade da década passada, Gontijo e Erick argumentam que:

A sexualidade e, mais particularmente, a diversidade sexual e de gênero e as práticas sexuais que podem se tornar marcadores sociais da diferença interseccionalizados nas pesquisas sobre o mundo rural ou na etnologia indígena ou nos estudos de realidades quilombolas, caboclas e ribeirinhas não teriam se transformado em objetos de estudo por se por diversas razões, não necessariamente por uma suposta incapacidade dos pesquisadores em perceber sua importância para a compreensão das relações sociais marcadas pelas ruralidades, pela etnicidade ou pela regionalidade. Talvez a principal dessas razões seja a própria agenda de pesquisas, tanto nos estudos rurais ou nos estudos étnicos ou sobre realidades interioranas, como nos estudos de gênero e sexualidade, pautada por outros interesses de pesquisa ligados a certas tradições intelectuais. (Gontijo e Erick, 2015: 32).

A ampliação da oferta de ensino superior e, particularmente, de cursos de antropologia por todo o país permitiu que pudéssemos conhecer um conjunto muito mais amplo e diverso de histórias que colocam em destaque os modos de existência, mecanismos de sobrevivência e prazer vivido por coletividades sexo-gênero diversas, mas também as experiências mais cotidianas de pessoas marcadas por gênero desde uma perspectiva interseccional.

Compreendido como parte de um movimento de reconfiguração do campo etnográfico e do próprio projeto antropológico, as intra-atividades⁷ entre espaço, lugar e

⁷ “Intra-atividade” (intra-action no original) é utilizado aqui no sentido proposto por Karen Barad (2007) para construir uma perspectiva sobre a agência das coisas umas sobre as outras. Em última instância, em sua perspectiva materialista, a ideia de intra-atividade proposta por Barad concebe que os elementos de um sistema agenciam-se mutuamente e constitutivamente afetam-se uns aos outros, não havendo assim uma determinação primordial ou eixo de maior influência. Ainda segundo a autora, essa consideração funciona tem efeitos sobre a interatividade entre tempo e espaço. A partir disso penso que corpo, lugar, pessoa por

peessoa estão relacionáveis a agendas de Estado que rotineiramente encontram ou precisam lidar com a agenda de pesquisa e agenda social. Considerando que a construção do campo de estudos sobre gênero e sexualidade no Brasil esteve sempre atenta às situações de exposição à violência e vulnerabilidade que viviam certas coletividades, há aí um interesse em intervir e produzir mediações com o Estado. Cabe destacar a importância de antropólogas nas discussões sobre direitos reprodutivos, aborto e saúde das mulheres, assim como no combate à violência de gênero, por exemplo. De forma semelhante, os estudos sobre sexualidades foram influenciados e reconfigurados por alguns marcos importantes, como a pandemia de HIV/Aids desde o início da década de 1980 e, em 2004, a promulgação do programa Brasil sem Homofobia e seus efeitos sobre as políticas sexuais (cf. Carrara, 2008).

A partir do programa, tornou-se visível uma série de debates que diziam respeito não apenas ao reconhecimento e garantia dos direitos fundamentais de pessoas LGBTQIAPN+, mas também às intensas transformações e dilemas vividos por estas pessoas em uma sociedade cada vez mais comprometida por valores conservadores e uma agenda neoliberal. Neste processo, o gênero ocupa uma posição central, especialmente quando observado o afimco e interesse bélico que uma moralidade cisgênera e conservadora imprime sobre corpos trans e divergentes da norma binária de gênero. Neste processo, a contribuição de pesquisadoras em contextos variados tem permitido compor um quadro mais complexo e sofisticado dos dilemas e desafios atuais, reconhecendo inclusive a circularidade, trânsito e redes de troca que produzem a materialidade do lugar a partir de camadas nem sempre óbvias, como a digitalização dos espaços e as rotas de influência produzidas em uma agenda de ultradireita. Assim, mais que nunca, compreender as condições de vida e sobrevivência de coletividades bichas, trans e divergentes da norma é importante como mecanismo para documentar, entender e estabelecer estratégias de guerrilha, resistência e transformação.

Se, como sugeriu Claudia Fonseca, uma das possibilidades e retornos oferecidos pela etnografia é ampliar nosso repertório sobre as formas de criação e experiência a partir de fenômenos, coletividades e pessoas específicas, quiçá possamos argumentar que esse interesse em descrever lugares e espaços que até então não eram interpretados a partir do gênero ou das sexualidades ofereça mais elementos para analisar também os limites da teoria. Dito de outro modo, ao ampliar as narrativas sobre a vida, pensar a partir de outros lugares pode ser uma forma de aperfeiçoar os mecanismos de descrição e explicação da própria vida produzidos pela Antropologia. Esse movimento, no entanto, só é possível a partir de um processo de incorporação e transformação da realidade universitária que só foi possível pela ampliação e interiorização do ensino, e da efetivação de políticas de ações afirmativas. Em conjunto, essas ações sedimentaram os recursos mínimos para uma transformação da antropologia como campo de conhecimento e como dispositivo de transformação da experiência social.

Por fim, gostaria de pensar que esse processo de construir gênero e sexualidades a partir de lugares não-metropolitanos ou a partir de paisagens mais complexas, que mesclam diferentes agenciamentos e ontologias deve ser também um exercício de pensar

exemplo, são produções constitutivas, transformando-se e afetando-se de forma intrínseca, constante e fluída.

outras estratégias textuais e relacionais para instauração do lugar. O espaço tem um peso bastante severo na construção das possibilidades de existência e da própria narrativa sobre a vida, sendo assim, precisamos reconhecer e recompor a materialidade, a relacionalidade e a performatividade dos lugares como estratégia para entender o que o gênero e a sexualidade podem fazer, mas também como recurso para pensar que lugares são produzidos por corpos específicos.

Conclusão

No início deste ensaio, argumentava que uma das funções do tradutor é sinalizar ou produzir um certo apelo para que um texto estrangeiro possa circular em outro cenário e contexto social. Essa imagem de fluxos marcados por idas e vindas comunica também uma certa diplomacia, uma negociação delicada a partir da qual o texto traduzido precisa alocar-se em um contexto que não é mais o seu de origem. Assim, o caminho errático construído neste ensaio tem como eixo principal uma noção de lugar e o desenvolvimento de dispositivos textuais e relacionais que permitam pensar outras formas de “localização”. A partir da obra de Marcia Ochoa, tentei relacionar e introduzir uma perspectiva para pensar o lugar a partir da sua performatividade e relacionalidade, considerando-o como um elemento fundamental da etnografia.

Influenciado pela leitura de Ochoa, busquei colocar sob suspeita a ideia de lugar como algo autoevidente, apresentando para isso trechos do meu próprio trabalho de campo no Alto Solimões, assim como o de Ochoa aqui traduzido. A partir disso, me interessa olhar como o recente destaque vivido no país em torno dos estudos de gênero e sexualidades em novas configurações do espaço e escalas menores pode ser também um outro modo de reconfigurar a teoria e a própria etnografia. Esse processo pode ser semelhante ao exercício de tradução, ou de modo mais específico, às estratégias de imitação e criação que formam parte da própria performatividade do lugar, do gênero e da sexualidade. Mas, acima de tudo, que seja também um exercício formal para pensar quem tem o poder de dizer onde as coisas estão e que caminho elas podem mudar em seu fluxo de transformação.

Referências

- ASAD, Talal. 2016. “O conceito de tradução cultural na antropologia social britânica”. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George. (Org). *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, pp.
- BARAD, Karen. 2017. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. *Revista Vazantes*, vol. 1, n. 1. pp.7-34.
- BARAD, Karen. 2007. *Meeting the universe halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning*. Durham: Duke University Press.
- BUTLER, Judith. 2003. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARRARA, Sérgio. 2010. Políticas e Direitos Sexuais no Brasil Contemporâneo. *Bagoas – Estudos gays*. Vol. 4, n. 5, pp. 132-148.
- CARSTEN, Janet; HUGH-Jones, Stephen. (Eds.). 1985. *About the house: Lévi-Strauss and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press.

- CARVALHO, Cristina Helena Almeida. 2014. Política para a educação superior no governo Lula expansão e financiamento. *Revista IEB*, n. 58, pp. 209-244. DOI 10.11606/issn.2316-901X.v0i58p209-244
- CORREA, Mariza. 1983. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal.
- FONSECA, Claudia. 2004. “A morte de um gigolô: fronteiras da transgressão e sexualidade nos dias atuais”. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. (Orgs.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 257-282.
- GONTIJO, Fabiano; ERICK, Igor. 2015. Diversidade Sexual e de Gênero, Ruralidade, Interioridade e Etnicidade no Brasil: Ausências, Silenciamentos e... Exortações. *Aceno*, vol. 2, n. 4, pp. 25-40. DOI 10.48074/aceno.v2i4.3181
- GROSSI, Miriam; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen. (Orgs). 2006. *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Florianópolis: Nova Letra.
- HARAWAY, Donna. 2016. *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press.
- HARAWAY, Donna. 2004. “Gênero” para um dicionário marxista. *Cadernos Pagu*, vol. 22, pp. 201-246.
- HARAWAY, Donna. 1994. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, pp. 07-41.
- LEA, Vanessa. “Casas e Casas Mebengokre (Jè)”. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CUNHA, Manuela Carneiro da. *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo/FAPESP, pp. 265-283.
- MASSEY, Doreen. 1994. *Space, place and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- MELO, Flavia; NIETO OLIVAR, José Miguel. O ordinário e o espetáculo no governo da fronteira: normatividades de gênero em Tabatinga. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 34, n. 101, pp. 1-18. DOI 10.1590/3410116/2019
- NASCIMENTO, Silvana. 2024. *Errantes magníficas e suas epistemologias transfeministas*. Tese de livre docência. São Paulo: Universidade de São Paulo. (mimeo).
- NASCIMENTO, Silvana. 2019. Fugas e contrapontos na fronteira: reflexões etnográficas sobre transitividades corporais e de gênero no Alto Solimões/AM. *R@U – Revista de Antropologia da UFSCar*, vol. 11, n. 1, pp. 524-551. DOI 10.52426/rau.v11i1.299
- OCHOA, Marcia. 2024. Passarelas e perolones: mediações transformistas na avenida Libertador, Caracas. *Cadernos de Campo*, vol. 33, n. 2, pp: e227875
- OCHOA, Marcia. 2015. *Queen for a Day: transformistas, beauty queens, and the performance of femininity in Venezuela*. Durham: Duke University Press.
- OCHOA, Marcia. 2011. Pasarelas y ‘Perolones’: Mediaciones transformistas en la avenida Libertador de Caracas. *Íconos, revista de ciencias sociales*, n. 39, pp.123-142. DOI 10.17141/iconos.39.2011.749
- OCHOA, Marcia. 2004. “Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la ‘localización’”. In: MATO, Daniel (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en*

- tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 239-256.
- ORTNER, Sherry. 1974. “Está a mulher para o homem assim como a natureza para a sociedade?”. In: ROSALDO, Michelle; LAMPERE, Louise. (Orgs). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 95-120.
- RUBIN, Gayle. “Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade”. In: *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu, pp. 66-128.
- SAID, Edward. 2007. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso.
- SENKEVICS, Adriano Souza. 2021. *O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020*. Tese de doutorado em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo. DOI 10.11606/T.48.2021.tde-11012022-103758
- SIMIÃO, Daniel; FELDMAN-BIANCO, Bela. (Orgs.). 2018. *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Brasília: ABA Livros.
- STALLAERT, Christiane; ZEA, Evelyn Schuler. 2012. Descolamentos: estudos no duplo campo de tradução e antropologia. *Cadernos de Tradução*, vol. 2, n. 30, pp. 11-18. DOI 10.5007/2175-7968.2012v2n30p11
- STRATHERN, Marylin. 1982. “No nature, no culture: the Hagen case”. In STRATHERN, Marylin; MACCORMACK, Carol. (Eds.). *Nature, Culture and Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 174–222.
- STRATHERN, Marylin. 2006. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora Unicamp.
- TAVARES, Fatima; GUEDES, Simone; CAROSO, Carlos. (Orgs.). 2010. *Experiências de ensino e prática em Antropologia no Brasil*. Salvador ABA Livros.
- OLIVEIRA, Thiago. 2022. *Formas de ocupar o impossível: corpo, afeto e transformação social no processo de urbanização da tríplice fronteira amazônica*. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo. Universidade de São Paulo. DOI 10.11606/T.8.2022.tde-07102022-203256
- OLIVEIRA, Thiago; RIBEIRO, Milton; VENÂNCIO, Vinicius. Localizando a antropologia brasileira: contribuições para pensar corpo, lugar e a geopolítica da produção de conhecimento. *Novos Debates*, vol. 7, n. 1, p. e7108. DOI 10.48006/2358-0097-7108
- VALENTINE, David. 2007. *Imagining Transgender: an ethnography of a category*. Durham: Duke University Press.
- VENUTI, Lawrence. 1995. *The Translator's Invisibility: A History of Translation*. Londres e Nova York: Routledge.

Sobre o autor

Thiago de Lima Oliveira

Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba. É professor e pesquisador no campo da antropologia política, interseccionalidade e saúde.

Autoria: o autor é responsável pela coleta de dados, sistematização, síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

Financiamento: Os dados etnográficos apresentados neste texto foram reunidos durante a pesquisa de doutorado financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processos. 16/23046-4 e 19/02852-0).

Recebido em: 02/11/2024

Aprovado em: 02/12/2024.